IV enanparq
Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016.

PALMAS COMO "UM JOGO DE CARTAS": CONVERGÊNCIAS DA OBRA DE CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS E A CONCEPÇÃO DO PROJETO DA CAPITAL DO TOCANTINS

SESSÃO TEMÁTICA: CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS: PENSAMENTO E REFERÊNCIAS

Ana Beatriz Araujo Velasques
Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins.
biavelasques@uft.edu.br

Ana Letícia Duailibe Fernandes
Aluna do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins, pesquisadora de iniciação científica voluntária.
ana.duailibe15@gmail.com

PALMAS COMO “UM JOGO DE CARTAS”: CONVERGÊNCIAS DA OBRA DE CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS E A CONCEPÇÃO DO PROJETO DA CAPITAL DO TOCANTINS

RESUMO

O artigo pretende contribuir para um maior conhecimento e aprofundamento das referências históricas da concepção de Palmas-TO, capital do estado do Tocantins, cujo projeto, de co-autoria dos arquitetos Walfredo Antunes de Oliveira Filho e Luiz Fenando Cruvinel Teixeira data de 1989, à luz das iniciativas de elaboração de propostas de cunho urbanístico, associadas à criação de novas cidades no Brasil durante a década de 1980, na região norte do país. Nesta perspectiva, pretende-se recuperar a relevante contribuição das propostas de Carlos Nelson Ferreira dos Santos para as cidades de Roraima, do início da década de 1980. Em que pese que tal iniciativa para novas cidades não evidenciem comprometimento com o caráter da capitalidade, cabe destacar as preocupações urbanísticas deste importante autor, especialmente no que concerne aos costumes da região e à preservação ambiental – preocupações estas que, de modo significativo, refletir-se-iam no projeto de Palmas. Desse modo, os princípios da concepção da nova capital tocantinense, extraídos do Memorial do Plano Urbanístico, serão confrontados com os princípios assumidos por Carlos Nelson, expresso na obra de referência “A cidade como um jogo de cartas”, de 1988, na qual o autor apresenta suas reflexões sobre a formação, o desenvolvimento, a ordenação e o controle dos espaços a serem edificados a partir da referida experiência de Roraima. Objetiva-se, pois, organizar um quadro comparativo entre ambas as experiências, que apontem suas características concernentes aos objetivos, aos princípios de desenho urbano e diretrizes de expansão da cidade. Assim, à luz dos conceitos de “flexibilidade”, “qualidade ambiental” e “viabilidade” – principais critérios norteadores da concepção urbanística de Palmas – analisar-se-á as preocupações destes profissionais frente à proposição de novas cidades na região norte do país, em um contexto histórico, político, econômico e social muito próprios, atinentes ao Brasil da década de 1980.

Palavras-chave: Palmas, Tocantins, projeto, urbanismo, Carlos Nelson.

PALMAS AS "A CARD GAME": THE CONVERGENCES OF CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS`S WORK AND THE DESIGN OF TOCANTINS STATE CITY CAPITAL

ABSTRACT

The article aims to contribute to a better knowledge and deepening of historical references linked to Palmas, capital of Tocantins state, which project, co-authored by the architects Walfredo Antunes de Oliveira Filho and Luiz Fenando Cruvinel Teixeira, was designed in 1989, based on initiatives associated with the creation of new cities in Brazil during the 1980s, in the Northern Region of the country. In this perspective, we intend to recover the relevant contribution of Carlos Nelson Ferreira dos Santos`s proposals to the cities of Roraima state, in the beginning of the 1980s. Despite that this initiative to new cities not prove commitment to the character of capitality, it highlight urbanistic concerns of this important author, especially with regard to the customs of the area and environmental preservation - these concerns that, in a significant way, would be reflected on the Palmas project. Thus, the design principles of Tocantins state's new capital, extracted from its Urban Plan Memorial, will be faced with the principles assumed by Carlos Nelson, expressed in the reference work "The city as a card game" (1988), in which the author presents his reflections on the formation, development, ordering and control of spaces to be built from that experience in Roraima state. Therefore, the purpose is to organize a comparing chart with both experiences, pointing their characteristics, concerning the objectives, principles of urban design and city expansion guidelines. Based on the concepts of "flexibility", "environmental quality" and "viability" - the main guiding criteria for urban design Palmas - will be to analyze the concerns of these professionals face the proposition of new cities in the Northern Region of the country, in a very own historical, political, economic and social context, linked to Brazil of the 1980s.

Keywords: Palmas. Urbanistic Project. Carlos Nelson.

1. Novas cidades para a Região Norte do país na década de 1980: convergências entre as experiências do Tocantins e de Roraima

Segundo Velasques (2010), o momento da elaboração do projeto de Palmas, capital do estado do Tocantins, bem como das novas cidades de Roraima, seja no Brasil ou mesmo em outros países, possui especificidades que agregam relevância ao estudo. Trata-se de um momento histórico de forte crítica aos pilares modernistas, quando então se questiona o modelo funcionalista da Carta de Atenas e dos CIAMs, bem como evidencia-se um progressivo desinteresse por projetos ou planos para criação de novas cidades como política pública.

Podemos destacar ainda um projeto nacional de maior amplitude, qual seja, de incentivar a formação de uma "marcha" para a ocupação do território nas direções oeste e norte, denominadas como "novas fronteiras para a expansão do capital" e, em um caráter mais geral, pela presença, ainda explícita, do mesmo sentimento que levou à criação de novas capitais no Brasil desde a segunda metade do século XIX – o desejo de apagar as marcas do passado de exploração colonial, não raro, atreladas ao atraso, ao esquecimento e à decadência econômica – e iniciar "um novo tempo", marcado pelo progresso, pela racionalidade, pela "visão de futuro". Finalmente, frisamos a profunda influência simbólica, política e cultural dos planos para a nova capital de Goiás, Goiânia, e principalmente de Brasília, face à proximidade e à relevância da experiência paradigmática do plano-piloto da capital federal.

A década "perdida" de 1980 no Brasil foi marcada, em seu início, pela falência econômica; em seu meio, pela esperança da redemocratização; e em seu fim, pela expectativa de qual nação teríamos a partir da nova Constituição. No âmbito urbanístico, a valorização do debate sobre a Reforma Urbana, a fim de conter a agudização dos problemas atinentes às grandes cidades e regiões metropolitanas ascendeu com tamanha força, que os acontecimentos do "meio para cima do Brasil" mereciam pouco destaque e pareciam menos importante.

Eiras (1992) recupera com exatidão o contrassenso dos muitos planos e projetos para novas cidades na Amazônia elaborados sem conhecimento da realidade física e cultural local, por escritórios de arquitetura e urbanismo dos grandes centros do Sudeste. Alguns anos antes, Santos (1988) lançou uma obra extremamente didática sobre como pensar o espaço urbano da cidade do norte do país, a partir da valorização de suas especificidades. Se nas décadas de 1960 e 1970 os dirigentes militares ainda se preocupavam com a integração e a ocupação do centro-norte do país, na década de 1980, nem isso ... .

Acreditamos que esse ambiente contraditório, o qual revelava, de um lado, um explícito descaso em relação ao contexto da Região Norte (não raro resumido aos acontecimentos associados a conflitos fundiários e ao desmatamento da floresta Amazônica), e do outro, a euforia pela intensificação do debate sobre a Reforma Urbana (e sua repercussão nos grandes centros, prioritariamente) foi amplamente favorável à conquista da autonomia do norte goiano com a criação do estado do Tocantins e a passagem de Roraima de território federal para estado brasileiro.

Assim, entendendo que no urbanismo a reflexão sobre os projetos para novas cidades deve ser analisado a partir de sua intencionalidade, contexto histórico e orientações ideológicas dos autores, questionamos como se tangenciam as propostas contemporâneas de criação de uma nova capital para o estado do Tocantins, Palmas, e a proposta de Carlos Nelson para novas cidades em Roraima.

1.1 Sobre as diretrizes do projeto da nova capital do Tocantins, Palmas.

Com a criação do Tocantins, em 1988 – fruto da promulgação da nova Constituição Federal – seu primeiro governador eleito, José Wilson Siqueira Campos, determinou a criação de uma nova cidade para abrigar a capital do estado. Após estudos iniciais realizados pelo IBGE, concernentes à delimitação de uma extensa área na porção central do Tocantins, o projeto de escolha da área definitiva, bem como a elaboração do plano urbanístico, coube ao Escritório goiano GrupoQuatro, liderados pelos arquitetos Luz Fernando Cruvinel Teixeira e Walfredo Antunes de Oliveira Filho.

O documento “Memória do Projeto da Capital do Estado do Tocantins: Palmas / Plano Básico”, apresenta as principais diretrizes para Palmas, organizado em três partes distintas.

A primeira parte do Memorial é denominada “Referências da Cidade”, e está divida em “Origem de Palmas” e “Cuidados Regionais”. No primeiro item, é informada a metodologia utilizada para a seleção da futura área destinada à formação do tecido urbano da capital e suas vertentes de expansão. O segundo item aponta para as preocupações com o crescimento da cidade, sua área rural e seus impactos na rede de cidades já existente no estado, visando favorecê-las.

A segunda parte do documento trata dos “Conceitos do Planejamento”, iniciando com o título “Bases do Projeto”. Em seguida, surgem os temas “Horizontes de Povoamento”, “Relacionamento Ecológico”, “Factibilidade e Viabilidade”, concluindo com as “Etapas e Modos de Implantação”.

O item seguinte explicita as prospecções demográficas e as progressivas fases de ocupação de sua malha urbana, com base em um horizonte temporal que compreende as duas décadas seguintes à fundação da capital – momento no qual os autores previam que a cidade alcançaria uma escala metropolitana. Por sua vez, o título “Relacionamento Ecológico” evidencia a preocupação dos autores com os conflitos entre a implantação da cidade e a proteção ambiental das áreas de reserva e do lago, bem como da destinação de áreas verdes no parcelamento das quadras.

O item “Factibilidade e Viabilidade” faz alusão aos investimentos governamentais e privados para a instalação da capital, e ainda à importância do respeito ao traçado e às diretrizes de implantação do projeto. No título final, a questão fundiária é abordada do ponto de vista público e privado, tal como as fases de ocupação em “fita” e sua uniformidade – na tentativa de evitar a reprodução do padrão centro x periferia – além da distribuição gradativa dos equipamentos.

A terceira parte trata do partido urbanístico propriamente. As justificativas das decisões do projeto atêm-se especialmente aos princípios norteadores do desenho de Palmas, a saber: a) qualidade ambiental; b) viabilidade; c) flexibilidade, além dos esquemas de hierarquia viária, e ainda as preocupações amplas quanto ao parcelamento das quadras residenciais. O segundo trecho cuida da natureza dos equipamentos e características dos usos determinados no projeto, seguindo-se da implantação de um sistema de áreas verdes e arborização urbana. A terceira parte enfoca a distribuição das densidades segundo os usos e o zoneamento do projeto. O item sobre circulação e transportes encontra-se embasado nos eixos principais de tráfego, apresentando a hierarquização do sistema viário em vias perimetrais, avenidas principais, vias arteriais e vias locais. Os serviços de saneamento básico são propostos conforme a previsão populacional progressiva, através de memórias de cálculo sobre abastecimento de água potável, redes de coleta e tratamento de esgoto, disposição do lixo e esquema de drenagem pluvial.

Importante destacar que na representação gráfica dos itens que compõem o Memorial, há a presença de muitos croquis explicativos desenhados à mão, bem como perspectivas e esquemas genéricos do partido.

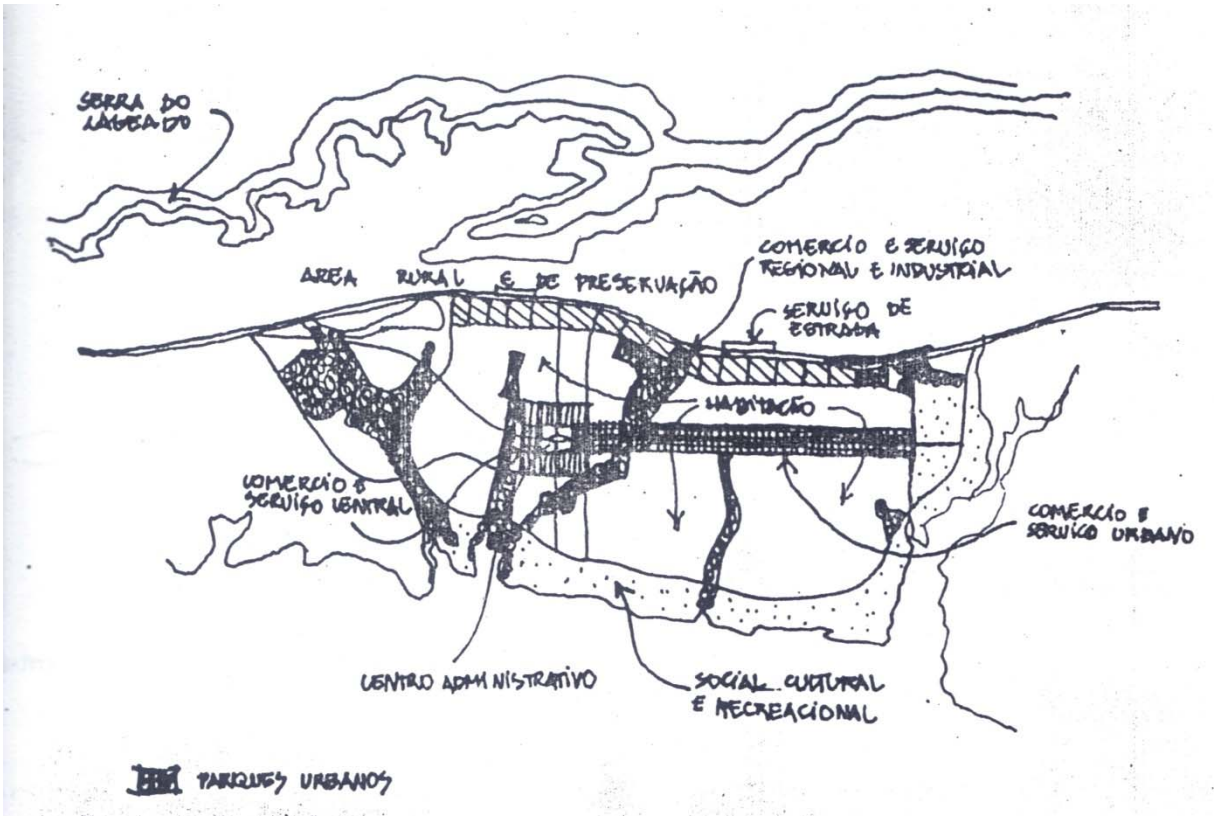

Figura 1 – Croquis esquemático do partido urbanístico de Palmas. Fonte: Grupoquatro, 1989.

Uma vez implantada a rede básica de quadras, a partir da abertura das vias arteriais, cada uma delas seria objeto de parcelamento interno próprio. Neste ponto a questão da flexibilidade emerge novamente como um ponto de destaque, na medida em que possibilitaria uma variabilidade de soluções em cada caso, inclusive quanto aos tipos construtivos permitidos para as edificações (habitações uni e multifamiliares e residências geminadas, seriadas ou isoladas), desde que mantendo-se uma densidade média de 300 habitantes por hectare.

Em relação à porção central das quadras, foram previstos equipamentos públicos básicos, como praças, escolas, centros comunitários e bibliotecas. Por sua vez, ao comércio e aos serviços de caráter vicinal, de afluência mais imediata e cotidiana da população, foram destinados os trechos mais ou menos regulares das vias arteriais. Assim, delineou-se a feição urbanística das quadras tipicamente residenciais, planejadas como unidades básicas de organização da vida na cidade (SEGAWA, 1991; TEIXEIRA, 2009).

Quanto à diretriz de ocupação da cidade em fases, que integra o conceito de viabilidade do projeto, os autores do plano estabeleceram o centro da cidade como a primeira área a ser

adensada, cujo marco de delimitação seria a área compreendida pelos principais eixos viários estruturadores. Essa primeira fase compreenderia um total de cem mil habitantes, que segundo estimativas dos autores, poderia ocorrer em um período de cinco a dez anos, dependendo do ritmo de crescimento. Somente então a segunda fase, de um total de cinco, seria deflagrada, em área imediatamente contígua à anterior.

Ainda segundo os autores do projeto, a estratégia de ocupação concentrada possibilitaria que o poder público estadual investisse o mínimo em infraestrutura e a iniciativa privada viabilizasse a maior parte. Neste sentido, seriam objetos de intervenção as quadras localizadas ao longo dos principais eixos viários, cabendo ao poder público promover a ocupação desses espaços a partir de uma estrutura geral, representada pela construção das redes de serviços básicos. Por outro lado, os empreendedores privados teriam o direito de parcelar e comercializar os lotes das áreas internas, devendo implantar a infraestrutura local necessária.

A adoção do modelo concentrado de ocupação era peça-chave para a manutenção dos conceitos fundamentais do desenho da nova capital, ao permitir a integração da natureza através de um traçado simples e lógico e a utilização controlada dos recursos.

Para os autores, conforme consta no Memorial, a concepção urbanística deve ser precedida de um ideal que atenda as aspirações do Homem e da coletividade, rechaçando explicitamente a concepção de uma cidade repleta de *status*, submetida à sociedade do consumo. Ademais, negam uma concepção de cidade futurista, que deixa a desejar no aspecto do verdadeiro bem-estar do homem em seu habitat; bem como a cidade geométrica e sua rigidez racionalista, que seriam uma imposição contra a natureza. Ao concluir, eles afirmam que “o projeto da futura capital do estado do Tocantins foi, portanto, precedida de um outro tipo de sonho: ecológico e humanístico” (GRUPOQUATRO, 1989, p. 3).

Com a finalidade de estruturar as principais características do plano/projeto de Palmas, segundo seu Memorial, segue abaixo o quadro-síntese:

MEMORIAL DO PROJETO	**PRINCÍPIOS DA CONCEPÇÃO URBANÍSTICA DE PALMAS-TO**	
	Ideal (sonho)	Cidade Humanística e Ecológica.
	Conceitos (critérios)	Qualidade ambiental, flexibilidade e viabilidade.
	Objetivo	Integração com a natureza através de traçado simples e lógico; Promoção da consciência social e ecológica;
	Desenho	Implantação orientada, conforme ventos predominantes, emoldurada por dois marcos paisagísticos: serra e lago; sistema viário hierarquizado e orientado que define as quadras e a demarcação de áreas de preservação ambiental; rotatórias nos cruzamentos viários; zoneamento das quadras: residencial, comércio e serviços, industrial, lazer e de proteção ambiental; articulação multimodal regional de transportes; área institucional central, no cruzamento dos dois eixos principais viários; sistema de áreas verdes: parques ecológicos, parques lineares, jardim botânico, zoológico, matas ciliares junto aos córregos, além das áreas verdes obrigatórias do parcelamento das quadras;
	Diretrizes	Evitar desperdício nos gastos com implantação de infra-estrutura; programação da ocupação da área urbana por fases, através de "fitas" leste-oeste; localização dos equipamentos de acordo com escalas: regionais, urbanos e vicinais; integração viária com rede de cidades do estado; proposição de usos de beirais e marquises nas edificações; baixas densidades residenciais;

Figura 14 – Quadro-Síntese do Memorial do Projeto de Palmas.
Elaboração: VELASQUES, A. B. A., 2010.

1.2 Sobre as diretrizes propostas por Calos Nelson para novas cidades em Roraima

A proposta de Carlos Nelson para a estruturação básica e expansão de seis cidades pequenas no interior do estado de Roraima, no extremo norte do país, surge como um referencial importante do presente trabalho. Na obra "A cidade como um jogo de cartas" (1988), o autor apresenta suas reflexões sobre a formação, o desenvolvimento, a ordenação e o controle dos espaços a serem edificados a partir desta experiência de Roraima.

Inicialmente o autor analisa a legitimação da relação entre a cidade e o desejo de modernidade no país que se caracteriza pela ideologia da cidade nova como a utopia concretizada que antecipa um futuro de progresso. O tema em questão suscita questionamentos relevantes como o início do zero e a desconsideração de uma experiência acumulada; se as práticas e lógicas históricas de uso do espaço urbano deveriam ser ignoradas; se bastaria propor um desenho urbano conformador que basicamente responda às necessidades econômicas; como modelos e tipologias podem se tornar instrumentos de uso público; se, ao contrário da idealização própria da utopia, seria possível propor uma cidade do presente que fosse aberta ao futuro. Assim, conclui que os princípios do desenho

devem contribuir tanto para a construção dos espaços urbanos habitáveis daquelas cidades, como para a construção da identidade de seus moradores (COSTA; AZEVEDO, 2012).

Imbuído dessas preocupações, bem como de uma crítica veemente às cidades ideais e seu distanciamento de suas populações reais, Santos (1988) parte da ideia de que tudo nos projetos deve ser muito simples, inclusive citando a máxima “menos é mais”, advertindo apenas para a importância da rede escolar de educação das crianças como aspecto prioritário na estruturação de uma cidade nova.

Após uma introdução teórica e apresentação dos municípios a serem contemplados com as propostas, o livro segue em forma de roteiro bastante didático e lúdico – que marcam o estilo do referido autor – tratando dos temas discriminados a seguir:

- Sobre lotes e quarteirões: após breve apresentação de alguns modelos mais usuais de forma e tamanho, tais como a estrutura viária em árvore de Christopher Alexander, as unidades de vizinhança modernistas com a ausência de esquinas e passeios, a arbitrariedade de leis de uso e ocupação do solo que definem parâmetros para impor a baixa densidade e o isolamento, enfim, relembrando que os principais objetivos da definição dos lotes e quarteirões são: a delimitação entre o público e o privado, facilitar a ação do mercado imobiliário e dispor a estrutura viária – e consequentemente todas as redes.

As propostas do autor contemplam a utilização de maior densidade nos lotes externos dos quarteirões, que permite custo reduzido e uso intensivo do solo, incentiva a forma retangular nos lotes, com laterais de tamanhos múltiplos de 12m, permitindo maior facilidade de remembramento e desmembramento em um quarteirão-tipo de 14.400 m^2.

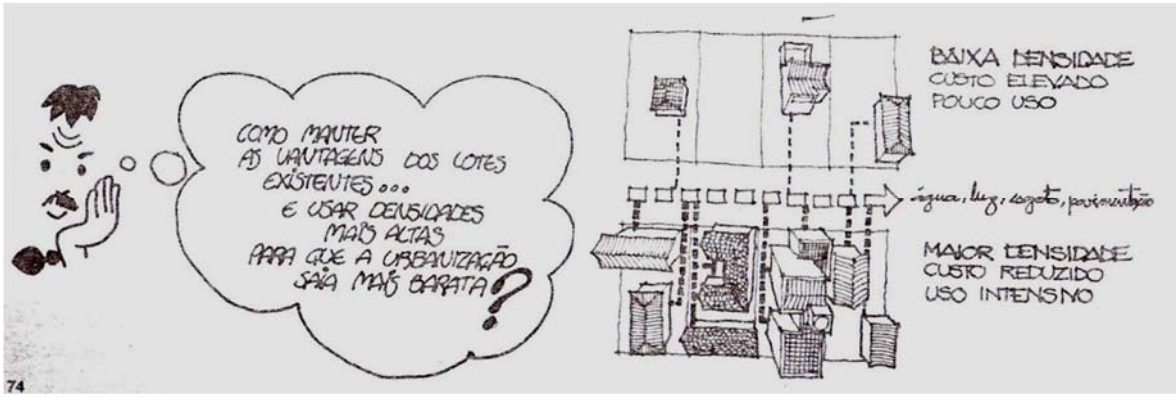

Figura 02 – Desenhos auto-explicativos sobre a densidade urbana. Fonte: Santos, 1987.

- Áreas especiais: formações naturais como morros, bosques, rios, lagos, devem ser protegidos por faixas *non edificandi*, também com parques e áreas de lazer. Margens de estradas devem ser protegidas com baixas densidades e lotes maiores, preferencialmente

voltados para ruas transversais coletoras ou locais, permitindo-se nestas atividades típicas de margem de rodovia, por exemplo. Importante mencionar que o autor adota a proporção de pelo menos 12 m^2 por habitante de área verde.

- Infraestrutura: a presença de equipamentos comunitários públicos e privados bem como a dotação de redes de saneamento básico, iluminação e comunicação em determinada área é um fator de valorização fundiária – portanto, a distribuição desigual desses serviços deveria ser evitada e soluções alternativas poderiam ser estimuladas pelo poder público, como o tratamento e reaproveitamento da água doméstico, utilização de fossas sépticas individuais e coletivas, para agrupamentos de até 240 pessoas, separação do lixo para reciclagem e compostagem, entre outras soluções.

- Equipamentos urbanos: foram estabelecidos padrões urbanísticos e escalares para localização e implantação de equipamentos públicos, tais como creches, pré-escolas, escolas de 1º grau, escolas de 2º grau, centros de ação social, postos de saúde e hospitais, praças e áreas verdes, parques, áreas florestais, cemitérios, mercados, corpo de bombeiros, correios, rodoviária e edifícios administrativos.

2. Quadro comparativo entre os objetivos, desenho e diretrizes para Palmas e as novas cidades de Roraima

Abaixo segue um quadro síntese comparativo dos aspectos relativos aos objetivos das propostas, princípios de desenho urbano e diretrizes para ocupação das novas cidades de Palmas-TO e em Roraima.

	Palmas	**Novas Cidades em Roraima (CNFS)**
Objetivo	Integração com a natureza através de **traçado simples e lógico**; Promoção da consciência social e ecológica.	Estrutura macro da **cidade compacta, lógica e simples**; Baixo custo de implantação e auto-sustentação da produção da cidade.
Desenho	**Implantação orientada, conforme ventos predominantes, emoldurada por dois marcos paisagísticos: serra e lago**; **Sistema viário hierarquizado e orientado que define as quadras e a demarcação de áreas de preservação ambiental**; **Rotatórias** nos cruzamentos viários; Zoneamento das quadras: residencial, comércio e serviços, industrial, lazer e de proteção ambiental; **Articulação multimodal** regional de transportes;	Perímetro da cidade e as zonas residenciais, comerciais e industriais são delimitados por **faixas verdes que possibilitam suas expansões**; Acessibilidade aos centros e integração entre habitação e local de trabalho; **Qualidade visual da paisagem construída com a compactação da cidade;** **Intensificação do uso do transporte individual;** Estrutura polinucleada; **Traçado em "tabuleiro de xadrez", adaptado ao sítio**;

	Área institucional central, no cruzamento dos dois eixos principais viários; Sistema de áreas verdes: parques ecológicos, parques lineares, jardim botânico, zoológico, matas ciliares junto aos córregos, além das áreas verdes obrigatórias do parcelamento das quadras. Destinação de **áreas de expansão urbana**.	**Tamanho das quadras de 1Km por 1Km aproximadamente, Bordas das quadras residenciais destinadas aos "centros de atividade local**"; **Maior densidade nos lotes externos dos quarteirões, permitindo custo reduzido e uso intensivo do solo**; **Margens de estradas devem ser protegidas com baixas densidades e lotes maiores**; **Padrões urbanísticos e escalares para localização e implantação de equipamentos públicos.**
Diretrizes	**Evitar desperdício nos gastos com implantação de infraestrutura;** **Programação da ocupação da área urbana por fases, através de "fitas" leste-oeste;** **Localização dos equipamentos de acordo com escalas: regionais, urbanos e vicinais;** **Integração viária** com rede de cidades do estado;	**Racionalização e estudos de viabilidade econômica e eficiência na distribuição de infraestruturas, equipamentos e densidades;** Fábricas e os grandes equipamentos distribuídos em núcleos pequenos e por toda retícula com a localização escolhida a partir de critérios urbano-ambientais;

Figura 03 – Quadro de caracterização do projeto da Nova Capital do Tocantins, Palmas, face a proposta de Carlos Nelson para Novas Cidades em Roraima. Elaboração: VELASQUES, 2010.

O quadro acima apresenta um número maior de congruências e poucas divergências, que poderiam ser tratados como singularidades de projeto, tais como a mononucleação e a existência de um zoneamento mais rígido. O centro único talvez se justfique pelo programa de implantação em fitas e a pela capitalidade, imprimindo importância específica à Praça dos Girassóis, onde se localiza o poder estadual. Por sua vez, o zoneamento mais rígido que o das cidades européias é fruto de herança cultural e profissional de urbanistas pertencentes a uma geração dominada pela Carta de Atenas e pela experiência emblemática de Brasília, desconfiados dos problemas advindos de uma presumível "desordem" provocada pela indeterminação das atividades afins.

Destacamos, portanto, uma expressiva correlação entre o partido de Palmas e aquele para as novas cidades de Roraima, qual seja, a forte presença da questão ecológica aliada ao processo de urbanização propostos, que pode ser entendido segundo três vieses: primeiro, sobre o tema do meio-ambiente na região norte e as propostas estarem inseridas na região denominada "Amazônia Legal"; segundo, por conta da inundação e surgimento de um lago proveniente da construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado e Palmas; e, finalmente a terceira, que corresponde aos primórdios do debate sobre a sustentabilidade urbana na década de 1980, marcado por uma visão do consumo dos recursos do planeta, sob uma perspectiva mais ecológica que propriamente associada ao princípio da justiça ambiental.

Considerações finais

A dimensão temporal de ambas as propostas exige uma observação mais próxima sobre que país era aquele, e que região era aquela, enquanto tudo o que foi apresentado acontecia e se rebatia sobre o urbanismo. Se o Brasil sempre "correu atrás" de se tornar moderno, desde o século XIX, e o plano de Belo Horizonte exemplifica de modo emblemático essa angústia, imagine-se um estado pobre, da região norte, recém-criado, com uma rede de cidades extremamente fraca e caracterizada por um nível extremamente baixo de articulação. Diante deste quadro, como poderia se colocar frente aos desafios da "obrigação" do desenvolvimento após a emancipação?

Tais experiências da década de 1980, para a mesma região, oriundas de profissionais tão distintos apesar de contemporâneos, apresentam significativa convergência em termos de princípios projetuais, especialmente considerando-se a emblemática experiência de Brasília quase três décadas depois. Conquanto o aspecto da democracia advogado tanto pelo pensamento quanto pela prática de Carlos Nelson, por meio da valorização do diálogo e do conhecimento popular não sobressaia no projeto de Palmas, por sua própria condição de nova cidade, torna-se fundamental reconhecer, em ambos os casos aqui apresentados, a presença de alguns posicionamentos de crítica ao urbanismo funcionalista, sobretudo no que diz respeito à ruptura com a monumentalidade espetacular obtida pelo controle de toda forma urbana, definida no detalhe – esta assumida com a expressão "simplicidade". Inclusive, de modo curioso, tanto os responsáveis pelo projeto de Palmas, Walfredo e Luiz Fernando, como Carlos Nelson, utilizam na defesa de seus projetos expressões parecidas que revelam este aspecto, ao justificarem suas ideias com as máximas "o inimigo do bom é o ótimo" e "menos é mais". Esses jargões em comum condizem justamente com o retorno clássico desse período de crítica ao modernismo funcionalista.

Em complemento cabe lembrar que, no campo do urbanismo brasileiro, segundo Villaça (1999), a elaboração de planos para as cidades nas décadas de 1960 e 1970 é marcada pela incorporação de outras vertentes além daquelas estritamente físico-territoriais, tais como os aspectos econômicos e sociais, influenciando no distanciamento que concerne à viabilidade da sua implementação. Para o referido autor, quanto mais complexos e abrangentes tornavam-se os planos, maior tornava-se a variedade de problemas sociais nos quais se envolviam, reduzindo-se as suas possibilidades de aplicação.

À luz destas constatações, configurou-se uma lacuna sobre a concepção de novas cidades no urbanismo contemporâneo, com ausência de reflexão teórica para conduzir a prática

frente à imperativa necessidade de se construí-las, principalmente em países de grande extensão territorial e economia em desenvolvimento, como o Brasil.

A proposta urbanística para a nova capital do Tocantins resulta, pois, de uma experiência contemporânea para o urbanismo pensado em sua época, cujo contexto histórico e os acontecimentos possuem inúmeras semelhanças com a concepção de Brasília – o que não poderia deixar de acontecer face à importância simbólica e urbanística, além da proximidade com a capital federal – ainda que referenciada não por este projeto, mas por outros, mais recentes e adequados às preocupações urbanas daquele tempo, juntamente com seu contexto político local de emancipação do norte goiano e a integração regional e multimodal facilitada pela localização geográfica central de Palmas, influenciando sobremaneira a produção agrícola e a expansão do agronegócio no centro-norte do Brasil, entre outros aspectos.

Infelizmente, a interferência política da gestão, particularmente do governo estadual, comprometeu de modo expressivo aspectos importantes do projeto original de Palmas, em especial as etapas de ocupação, seja na escala do macroparcelamento (conformação de um espraiamento urbano extremamente precoce), seja na escala do microparcelamento (comercialização de lotes a fim de atender interesses fundiários de valorização futura – especulação). De todo modo, tais conflitos devem ser entendidos como uma característica inerente a uma proposta de tamanha magnitude e complexidade.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Maria de Lourdes; AZEVEDO, Marlice (Org.). Visões inovadoras em arquitetura e urbanismo. Niterói: PPGAU/UFF, 2012.

EIRAS, Isabel Cristina. Desenho e desejo na Amazônia urbana. 333f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. A cidade como um jogo de cartas. Niterói: EdUFF, 1988.

SEGAWA, Hugo. Palmas, cidade nova, ou apenas uma nova cidade? Revista Projeto. São Paulo, n. 146, out. 1991.

TEIXEIRA, Luiz Fernando Cruvinel. A formação de Palmas. Revista da UFG. Goiânia, v. 11, n. 6, p. 91-99, jun. 2009.

VELASQUES, Ana Beatriz. Palmas (1989) e sua condição moderna. 245f. Tese (Doutorado em Urbanismo), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, p. 169-243, 1999.